



Presidente p.2

Saída do Reino Unido da União Europeia deve ser uma “separação amigável”



PSD p.10

Governo deve prosseguir trajetória de consolidação orçamental

Povo Livre



nº 1930
6 de julho de 2016

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



Governo recusa “olhar para a realidade”

Pedro Passos Coelho esteve na Figueira da Foz, numa jornada dedicada à economia



Saída do Reino Unido da União Europeia deve ser uma “separação amigável”



A saída do Reino Unido da União Europeia (UE), na sequência de um referendo, deve ser uma “separação amigável” e não um “divórcio litigioso”. À entrada para a habitual reunião do Partido Popular Europeu (PPE), antes das cimeiras de chefes de Estado e do Governo dos ainda 28 países da UE, Pedro Passos Coelho afirmou que se poderá “diminuir a incerteza” com uma “declaração forte de todos os envolvidos de que não querem uma espécie de divórcio litigioso e que querem é uma separação amigável”.

Para o presidente social-democrata, se os 27 países continuarem a “comungar dos mesmos valores, princípios, mantendo uma proximidade política grande”, assim como se continuar a existir um “espaço de livre comércio, com uma grande proximidade financeira”, serão minimizados “os resultados negativos da saída” dos britânicos. “O que está aqui em causa para os mercados, mas também para os cidadãos, é saber se vamos todos amuar e vamos todos levar ao máximo os efeitos negativos associados a esta decisão ou se vamos minimizá-los e procurar incutir confiança nos mercados e nos cidadãos e todos temos interesse na segunda opção”, afirmou.

Comentando a decisão dos britânicos de saírem da UE, o antigo primeiro-ministro português quis ainda afastar “qualquer ideia de utilizar o processo de negociação para mostrar uma espécie de cartão amarelo a todos aqueles que na UE pudessem ter tentações de realizar referendos que visassem a saída”. “Castigar os britânicos como uma espécie de vacina para que outros europeus não sigam o mesmo caminho, é o caminho mais direto para que isso possa acontecer”, notou.



Pedro Passos Coelho aproveitou para caracterizar o projeto europeu como “positivo, de prosperidade e de paz” e “não um penalizar com azia, com um sentimento de perda para com aqueles que quiseram e soberanamente tomaram uma decisão diferente”.

Sanções não têm fundamento

O líder do PSD afirmou esperar que os estados da União Europeia estejam contra a aplicação de sanções a Portugal, por violação das metas orçamentais, porque “não têm razão de se verificarem”. “Espero que os países estejam contra as sanções porque elas não têm razão para se verificarem, não é por uma questão de simpatia ou de solidariedade”, afirmou o antigo primeiro-ministro, referindo que “Portugal não precisa de mendigar apoio”.

Não se deve mendigar para que “livrem Portugal de uma coisa que não merece ser sancionado”. “Se houver um bocadinho de vergonha e de decência, não se pode sancionar o país que mais esforços fez de consolidação orçamental estrutural em todos estes anos e dos que mais cumpriu, a seguir à Irlanda, aquilo que foram as metas estabelecidas”, venceu.

A Comissão Europeia reiterou que só no início de julho tomará uma decisão sobre eventuais sanções a Portugal e Espanha, no âmbito do Procedimento por Défice Excessivo (PDE).



Almoço com empresários promovido pelo Internacional Club of Portugal

Parceiros europeus estão céticos quanto ao rumo do país



A desconfiança dos parceiros europeus em Portugal está instalada e há “um certo ceticismo” quanto ao desenvolvimento orçamental e económico do país. Numa intervenção num almoço com empresários promovido pelo Internacional Club of Portugal, 30 de junho, em Lisboa, o presidente social-democrata falou por duas vezes das declarações que mostram que ao nível político começa a desenvolver-se, sobretudo nos parceiros europeus, a ideia de que Portugal pode “estar novamente no caminho do incumprimento”.

Primeiro, Pedro Passos Coelho sublinhou que apesar da renovação do compromisso do Governo de que o país irá cumprir, isso não afastou a desconfiança. “Na verdade a desconfiança instalou-se”, venceu o ex-primeiro-ministro, reiterando que, uma vez perdida a credibilidade ou confiança alcançada será muito difícil reverter a situação. “Isso não se faz telefonando a uns investidores ou reunindo uns exportadores”, ironizou, insistindo que o país poderá ser penalizado durante muito tempo se perder o “elo de confiança” com os mercados e que Portugal se está “perigosamente” a aproximar-se de “um período em que essa confiança pode ficar em causa e em que o trabalho para a reconstruir pode ser demorado”.

Mais tarde, já em resposta a questões colocadas pelos empresários, Passos Coelho referiu-se diretamente às declarações do ministro das Finanças alemão, discordando das afirmações Wolfgang Schauble, “independentemente das motivações que possa ter tido”. “Quando estamos a falar de circunstâncias limite como são as que estão associadas a um pedido de ajuda externa tem de haver um comedimento muito grande, ainda para mais por parte de alguém que tem responsabilidades como ele tem”, sustentou, lembrando, contudo, que esta é uma de entre várias declarações que vão aparecendo “denotando expectativa e desconfiança quanto ao caminho que está a ser seguido”.

De acordo com o líder do PSD, mesmo quando se fala sobre as sanções que podem ser aplicadas a Portugal, vê-se “um certo ceticismo a regressar quanto à forma como se pode perspetivar o desenvolvimento orçamental e económico em Portugal”. “Acho que era muito importante que o Governo se empenhasse fortemente em deixar muito claro quais são os instrumentos que pode utilizar, independente do acerto ou desacerto das políticas, de que essa situação não ocorrerá”, venceu.





CGD não necessita nem de metade de 5 mil milhões de euros

O líder do PSD estima que o plano de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos poderá não vir a necessitar nem de metade dos cinco mil milhões de euros que são falados na comunicação social. “A minha perspetiva, com o conhecimento que tenho, é que a Caixa não precisa de 5 mil milhões de euros e, porventura, não precisará de metade disso para cumprir a sua missão. É a minha opinião, mas hoje não sou primeiro-ministro”, afirmou o presidente social-democrata, Pedro Passos Coelho, remetendo uma resposta concreta para o atual chefe do Governo e o ministro das Finanças.

Passos Coelho renovou os apelos para que o executivo socialista esclareça o que pretende fazer com a recapitalização do banco público, porque a indefinição fragiliza a instituição e mesmo a posição de todos os outros bancos. “Os senhores sabem que a melhor maneira de deitar abaixo um banco é enraizar a ideia que ele não é capaz de resolver os seus compromissos”, disse, recordando o que aconteceu com o Banif depois de uma estação de televisão falar numa “corrida aos depósitos” porque o banco ia ser resolvido.

“Se nós começamos a criar dúvidas sobre esta matéria, o resultado será grave”, insistiu.

Depois de ter avisado de que não era uma pessoa de “paninhos quentes” e preferia um estilo “pão, pão, queijo, queijo”, em vez de “dourar a pílula”, Passos Coelho recuou até 2011 e, ainda a propósito da recapitalização bancária, disse que o Governo dispunha na altura de um “envelope financeiro” para essa situação que valia 12 mil milhões de euros.

Segundo o Banco de Portugal, disse, na altura para fazer uma recapitalização “robusta” eram necessários entre 40 a 50 milhões de euros, verba que o Estado não tinha.

“Nós fizemos a recapitalização com base no envelope financeiro de que dispúnhamos e os bancos fizeram uma parte do seu trabalho que foi a limpeza de balanços durante quatro anos”, referiu, adiantando que a Caixa “limpou” quase cinco mil milhões de euros em balanço.

A situação, continuou, não foi ideal, mas a verdade é que o Estado não tinha mais do que 12 mil milhões de euros.





Presidente da República convoca eleições nos Açores para 16 de outubro

O Presidente da República decidiu convocar as eleições para a Assembleia Legislativa Região Autónoma dos Açores para 16 de outubro de 2016, depois de ter ouvido os partidos representados no parlamento regional. Marcelo Rebelo de Sousa concluiu, no dia 29 de junho, as audiências com todos os partidos com assento parlamentar na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, com vista à marcação das eleições neste arquipélago. A data de 16 de outubro de 2016 foi a que reuniu mais preferências, tendo sido apontada pelo PSD, PS e PPM.

Numa declaração no final de uma audiência com o Presidente da República, o líder do PSD/Açores, Duarte Freitas, informou que o PSD tinha “proposto a data de 16 de outubro para a realização das eleições”. Sublinhando que há “desesperança” entre os açorianos, Duarte Freitas alerta que os Açores estão a atravessar uma grave crise nas áreas da agricultura, pescas, educação e saúde: “Por isso mesmo, são eleições muito importantes para se poder afirmar uma alternativa ao fim destes 20 anos de regime socialista”.

O PSD foi o quinto partido que o Presidente da República ouviu com vista à marcação das eleições nos Açores. De acordo com a lei eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, “o Presidente da República marca a data das eleições dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores com a antecedência mínima de 60 dias”, em caso de eleições ordinárias, como serão as próximas. “As eleições realizam-se, normalmente, entre o dia 28 de setembro e o dia 28 de outubro do ano correspondente ao termo da legislatura”, refere ainda a legislação. Nos Açores, onde o PS governa há 20 anos; há nove círculos eleitorais, coincidentes com cada uma das ilhas, e um círculo regional de compensação. Nas últimas eleições regionais, em 14 de outubro de 2012, o PSD conquistou 20 dos 57 lugares na Assembleia Legislativa dos Açores.

Na deslocação ao Palácio de Belém, o PSD fez-se representar pelo vice-presidente Jorge Moreira da Silva, secretário-geral José Matos Rosa e pelo presidente do PSD/Açores Duarte Freitas.



Pedro Passos Coelho na Figueira da Foz

Governo recusa "olhar para a realidade"

O cumprimento das metas previstas pelo Governo para 2016 é essencial para evitar sanções europeias. "Não vale a pena o Governo vir com desculpas esfarrapadas sobre o passado, porque aquilo que será importante para evitar sanções é a garantia de que em Portugal as nossas metas serão cumpridas este ano. Se essa garantia existir eu não acredito que haja sanções. E isso depende, no essencial, do Governo e da maioria que o apoia", frisou Pedro Passos Coelho, quando questionado sobre a posição manifestada pelo primeiro-ministro, que argumentou que a aplicação de eventuais sanções a Portugal resulta do défice registado no ano passado. Passos Coelho considera que António Costa "insiste em não querer ver o problema e olhar para a realidade como ela é".

Pedro Passos Coelho contrapôs que em 2015, descontando os impactos nas contas nacionais com a resolução do Banif e a consolidação de capital na Caixa Geral de Depósitos, o défice português teria ficado nos 2,8%. "Isto são os números do Eurostat, não são do PSD nem meus", avisou.

Para Passos Coelho, hoje só se pode falar num "ambiente de recriminação" em redor de eventuais sanções por incumprimento do limite do défice "se houver dúvidas quanto à capacidade para o país sair do procedimento de défice excessivo cumprindo as metas deste ano". "E isto é um aspeto crítico nisto tudo: o primeiro-ministro insiste em achar que se as sanções puderem ser reportadas a um Governo anterior e um ano anterior isso não traz grande problema. E traz, porque se o primeiro-ministro tivesse estado empenhado com a sua equipa das Finanças em defender o resultado que nós deixámos em 2015 e, ao mesmo tempo, a inspirar confiança junto dos nossos parceiros para garantir que as metas do défice deste ano seriam atingidas, toda esta conversa sobre sanções não existia", alegou.

O presidente social-democrata reafirmou que a remoção da eventual desconfiança dos mercados e dos parceiros europeus sobre a situação portuguesa "está nas mãos do Governo" e que, para tal, o Execu-

tivo "não pode ter políticas que deixem dúvidas e que possam gerar incertezas para futuro", argumentou. "Nós fizemos reformas importantes que este governo está a reverter. Se o Governo persistir neste caminho, é muito difícil que a confiança possa regressar. E não regressando a confiança, vai ser muito difícil ao sistema financeiro recuperar e muito difícil ao país atingir as metas a que se propôs", avisou Passos Coelho.

Microplásticos é exemplo para lidar com riscos externos

No âmbito da jornada dedicada à Economia, o presidente do PSD visitou, segunda-feira, 4 de julho, a empresa MicroPlásticos SA, em Quiaios, Figueira da Foz. Durante a visita, Passos Coelho apontou a MicroPlásticos





como o exemplo de uma empresa da Figueira da Foz para lidar com riscos externos. Passos Coelho fez uma comparação entre a situação da MicroPlásticos e o que se passa no país: “Gostava que este caso da empresa que se quer internacionalizar e quer ter boas contas e boa estrutura financeira para não ser afetada negativamente pela incerteza externa, servisse também um bocadinho de inspiração ao próprio Governo português, que devia procurar ter uma política prudente que nos protegesse tanto quanto possível dos riscos externos em vez de nos expor cada vez mais”, disse Passos Coelho.

O líder do PSD lembrou que Portugal não é imune à “incerteza externa”, considerando também que os riscos externos que pendem sobre a economia nacional - parceiros comerciais como a Angola ou Brasil, “sensíveis ao preço do petróleo” ou o resultado do referendo que ditou a saída do Reino Unido da União Europeia - “há um ano atrás não eram imprevisíveis”.

“E o Governo, em vez de ter apresentado internamente uma gestão económica e orçamental prudente, para nos protegermos desses riscos, para que isso funcionasse como um escudo contra desenvolvimentos menos bons da frente externa, fez o contrário. E tem hoje mais dificuldade, está mais exposto as consequências desses riscos do que poderia estar”, enfatizou Passos Coelho.



O presidente do PSD considerou a MicroPlásticos uma empresa “bem-sucedida, que mostra que é possível crescer fazendo bom investimento tecnológico sem dispensar a criação de emprego”. “Os seus resultados estão mais ligados ao resultado global do setor automóvel do que propriamente aquilo que é a economia nacional. Mas está a preparar a sua internacionalização no mercado europeu, tem de lidar com a incerteza do mercado global, que outras empresas portuguesas também enfrentam e para o fazer tem de estar sólida e bem gerida”, advogou.

A MicroPlásticos foi fundada há 29 anos na Figueira da Foz, município onde detém duas unidades industriais, a original na localidade de Cova da Serpe e outra, com pouco mais de um ano, na zona industrial da Gala, a sul do Mondego, que se encontra em processo de expansão. De acordo com dados fornecidos por José Couto, administrador da MicroPlásticos, a produção da empresa destina-se, maioritariamente (cerca de 70%) ao setor automóvel e ao setor elétrico. A firma, que emprega 220 colaboradores, trabalha também maioritariamente para o mercado externo (65% da produção) e espera uma faturação de cerca de 34 milhões de euros em 2016. A MicroPlásticos está a preparar a internacionalização para o mercado europeu.



Euro 2016

Seleção mostrou ambição

A seleção nacional de futebol “mostrou ambição” e está “cada vez mais perto de chegar a Paris”, à final, depois de ter sido apurada para as meias-finais do Euro2016. “Estamos mais perto de atingir o grande objetivo. Portugal fez um jogo onde demonstrou a sua ambição contra uma equipa muito forte”, referiu Pedro Passos Coelho, numa mensagem enviada à Lusa. O líder do PSD, que viu o jogo em Esmoriz com a população local, salientou que a seleção nacional está “cada vez mais perto de chegar a Paris”, quando “faltam mais dois jogos para vencer”. A seleção portuguesa qualificou-se para as meias-finais do Euro2016, ao bater a Polónia por 5-3, no desempate por grandes penalidades, após 1-1 nos 120 minutos de jogo.

Governo deve prosseguir trajetória de consolidação orçamental

O Governo “pode e deve evitar quaisquer sanções económicas e de suspensão dos fundos comunitários”. Para Maria Luís Albuquerque, cabe ao Executivo, “que tem todas as condições e todos os instrumentos”, junto das instituições europeias, criar confiança e “reiterar que fará tudo o que for necessário para prosseguir a trajetória de consolidação orçamental e de crescimento que herdou do anterior Governo, e voltar a ter a confiança e a credibilidade que recebeu quando tomou posse no final do ano passado”.

A vice-presidente do PSD, que deu uma conferência de imprensa, 2 de julho, na sede nacional em Lisboa, entende que “Bruxelas está preocupada com o atual Governo e com a maioria”, porque não transmitem confiança à União Europeia. “As preocupações em Bruxelas prendem-se, essencialmente, com a política que tem sido seguida por este Governo e esta maioria”, disse Maria Luís Albuquerque, acrescentando que se tem ouvido múltiplos responsáveis - parceiros europeus, instituições europeias e analistas de mercado - “virem fazer sucessivos alertas com crescente preocupação sobre aquilo que se está a passar atualmente em Portugal. São preocupações e alertas que não devemos ignorar. Até ao momento não tiveram ainda consequências para os portugueses, mas um desvio da trajetória que o país devia seguir terá certamente consequências”, advertiu.

Estas preocupações “demonstram falta de confiança e credibilidade” do Orçamento do Estado para 2016 e do programa de estabilidade “que foi apresentado por este Governo no passado mês de abril e que define uma trajetória para os próximos anos”.

Maria Luís Albuquerque voltou a reafirmar que “o défice de 2015, se excluirmos o efeito Banif, ficou em 3%. Quem reporta o défice nominal para efeitos de défices excessivos são as autoridades estatísticas - o Instituto Nacional de Estatística e o Eurostat. Um défice nominal é de 4,4%, descontando 1,4% do Banif dá um défice de 3%”.

Maria Luís Albuquerque acusou o Governo de “retórica política” com “o primeiro-ministro a referir-se a um défice de 3,2%, que não é correto”, e afirmou que nunca ouviu o atual ministro das Finanças referir-se a esta cifra.

A vice-presidente social-democrata recordou, ainda, que a Direção-Geral do Orçamento se referiu recentemente a um défice de 3,1% e recordou que, em 10 de dezembro do ano passado, o atual Governo anunciou, “com pompa e circunstância”, que o Governo anterior “não tinha deixado as contas de molde a garantir um défice abaixo dos 3% e que por isso seriam tomadas medidas extraordinárias para garantir esse resultado”.

“Se agora viesse a revelar-se um défice de 3,1%, eu diria que só com muita incompetência um Governo que fecha um Orçamento e tomou medidas extraordinárias é que poderia ter permitido uma derrapagem de 0,1%, é algo que no fecho das contas seria sempre controlável, se o Governo tivesse de facto, essa intenção”, afirmou.

“O sistema financeiro é o espelho da economia”

A deputada do PSD e ex-ministra das Finanças Maria Luís Albuquerque responsabilizou o Governo e a maioria de esquerda pela situação do setor financeiro, argumentando que é um “espelho da economia”. “Aquilo que leva à acumulação de imparidades é o que os senhores fizeram à economia. Ponham a mão na consciência”, declarou Maria Luís Albuquerque, num debate marcado pelo PS sobre o sistema financeiro, 1 de julho.

Maria Luís Albuquerque defendeu que “o sistema financeiro é o espelho da economia, recupera quando há crescimento e confiança, fica em dificuldades quando o crescimento recua e a confiança desaparece e um sistema financeiro em dificuldades não ajuda a economia e crescer”. “O que fez esta maioria desde que tomou posse? Proclamou o fim da austeridade mas tirou mais a todos para devolver a alguns. Acusou aqueles de quem dependemos



para nos emprestarem dinheiro de quererem a desgraça do país, e, em dias alternados e em partidos à vez, ameaça não pagar a dívida. Reverteu as concessões das empresas de transportes, afastando investidores estrangeiros de que Portugal tanto precisa, para dar à CGTP o poder que os trabalhadores lhe tinham retirado ao longo dos anos”, argumentou.

Segundo a ex-ministra das Finanças, o atual Governo “anuncia a cada oportunidade que vai reverter tudo o que o governo anterior fez e que permitiu voltar a crescer e recuperar a credibilidade e ainda alimenta a comunicação social com rumores sobre a Caixa Geral de Depósitos e o resto do sistema financeiro, que depois não confirma nem desmente, deixando espaço para especulações que prejudicam todo o sistema financeiro”.

Ministro das Finanças recorre a “estratégia desculpabilizante”

Maria Luís Albuquerque acusa igualmente o ministro das Finanças de usar uma “estratégia desculpabilizante” para admitir um menor crescimento da economia portuguesa neste ano. Cabe ao Governo “corrigir a trajetória” económica do país, mas o ministro das Finanças, advoga a social-democrata, usou como desculpas fenómenos externos diversos e também o ‘Brexit’ (saída do Reino Unido da União Europeia).

“O calendário político deste ano era conhecido há já muito tempo. Sabia-se que alguns destes riscos se podiam materializar, e quando confrontado com estas perguntas, o ministro das Finanças sistematicamente repetia que tinha margens [orçamentais]”, sublinhou, em declarações aos jornalistas no parlamento, a vice-presidente social-democrata e antiga ministra das Finanças.

Questionada sobre declarações desta tarde do ministro das Finanças alemão sobre um eventual segundo resgate financeiro pedido por Portugal, Maria Luís Albuquerque declarou que respostas ao germânico devem ser feitas pelo Governo e, em concreto, por Mário Centeno. E concretizou: “Ele [Centeno] não tem sido muito feliz em acertar contas ou fazer previsões, mas tenho esperança que pelo menos que na reação esteja bem”.



LEVAR
PORTUGAL
A SÉRIE



“Servir as comunidades locais”



O Partido Social Democrata vai vencer as próximas eleições autárquicas, porque o ideal social-democrata faz com que o PSD “esteja pronto para servir as comunidades locais”. Na sessão de tomada de posse dos novos órgãos do PSD de Alvaiázere, dia 1 de julho, o secretário-geral do PSD destacou a confiança que a Comissão Política Nacional deposita nos seus autarcas: “Nós temos muita confiança nos autarcas que nos representam. Nós sabemos que eles são os mais competentes, os mais bem preparados. Os nossos autarcas não são meros receptores passivos das indicações do Estado. Hoje, os autarcas são a primeira ponte entre as populações e o Estado. São os gestores dos recursos públicos. E os responsáveis por ouvir as preocupações e as ambições das pessoas. Os desafios do poder local deixaram de ser os desafios do betão e passaram a ser os desafios do bem-estar social”, disse.

O secretário-geral do PSD aproveitou para destacar a importância que o ato eleitoral que irá acontecer em 16 de outubro no Arquipélago dos Açores se reveste: “É tempo de inverter este ciclo socialista em que os Açores se encontram, porque o nosso partido tem muito a fazer pelas regiões autónomas”.

Sobre o futuro da Europa, José Matos Rosa referiu que o mesmo está “assombrado pela incerteza” mas, mais do que nunca, “este é o momento em que Portugal se deve reafirmar como estando comprometido e dedicado a fortalecer o projeto político da integração europeia.”

A vice-presidente do PSD Teresa Morais também marcou presença nesta sessão e conviveu de perto com todos os militantes e apoiantes sociais-democratas do distrito de Leiria.



Números do desemprego revelam abrandamento da economia



O PSD classifica como “maus” os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) que indiciam uma manutenção em maio da taxa de desemprego nos 11,6% e desafiou o Governo a inverter “rapidamente” a sua estratégia económica. Esta posição foi transmitida pelo vice-presidente da bancada social-democrata Adão Silva, depois de o INE ter divulgado na sua estimativa provisória que a taxa de desemprego em maio, face a abril, terá ficado inalterada nos 11,6%, recuando 0,8 pontos percentuais relativamente ao período homólogo.

“O emprego não cresce e até diminui em Portugal e há

cerca de 27 mil novos portugueses sem emprego no país. Estes resultados acontecem por que há uma estratégia económica errada no país”, sustentou Adão Silva.

O deputado do PSD Adão Silva lembrou depois que as instituições internacionais já apontam para “um arrefecimento” da economia portuguesa, “decrecendo este ano”. “Apesar de o primeiro-ministro [António Costa] contradizer o seu ministro das Finanças [Mário Centeno], a verdade é que este último disse [na quarta-feira] que a economia portuguesa vai arrefecer, o que se traduz numa redução do emprego”, assinalou o vice-presidente da bancada social-

-democrata.

Neste quadro, Adão Silva advogou que o executivo socialista “deve rapidamente alterar a sua estratégia económica, já que a atual gera maus resultados para os portugueses”. “Não vou agora comentar a estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a economia portuguesa, porque chegam-me os números do ministro das Finanças: A previsão inicial de crescimento de 1,8% este ano não se vai verificar e até chega mesmo a dizer que nem sequer a previsão da OCDE, que era de 1,2%”, referiu Adão Silva.

PSD/Barcelos pede suspensão das negociações do resgate da água



O PSD/Barcelos instou a Câmara de Barcelos a suspender as negociações para o resgate da concessão da água e saneamento e a clarificar os “números contraditórios” que têm sido apresentados pelos “dois grupos do PS” concelhio. Em comunicado, o PSD sublinha que está em causa um “acordo secreto, feito sem estudos de viabilidade económico-financeira. “Um verdadeiro ‘iceberg’, que se afigura muito ruinoso e danoso para o futuro do município de Barcelos”.

Em novembro de 2015, o executivo socialista anunciou que tinha acordado o resgate da concessão pelo valor de 87 milhões de euros. Entretanto, em 6 de maio, o presidente da Câmara, Miguel Costa Gomes, anunciou a retirada de pelouros ao vereador Domingos Pereira, que fora o seu “vice-presidente”. Em solidariedade com Domingos Pereira, outros três vereadores socialistas renunciaram aos pelouros. Após esta cisão, Domingos Pereira, divulgou, em conferência de imprensa, que o município estabelecera um pré-acordo com o acionista maioritário da Águas de Barcelos, que lhe permitiria ficar, por 37 milhões de euros, com 75% do capital social da empresa. Domingos Pereira explicou, na altura, que esta nova solução surgiu depois de o acionista minoritário (25 por cento) ter entretanto surgido com exigências adicionais alegadamente “incomportáveis” para o município. O presidente da câmara não gostou que Domingos Pereira tivesse divulgado as negociações e, também em conferência de imprensa, acusou-o de estar a tentar “boicotar” o acordo.

Perante esta confusão, o PSD/Barcelos pede a suspensão das “negociações secretas que a câmara está a fazer, para eliminar eventuais ilícitos e clarificar os números contraditórios (que são apresentados pelos dois grupos do PS) sobre o acordo ruinoso para o resgate da concessão”. “Exigimos a verdade da negociação. O executivo PS não é sério nas contas e trata um assunto desta dimensão financeira com secretismo, ligeireza e amadorismo. As mesmas pessoas do PS apresentaram-se unidas nuns números e agora estão desunidas noutros números”, refere o comunicado do PSD.

PSD acusa Câmara de Caminha de “postura ditatorial”



O PSD de Caminha acusa o presidente da Câmara local de ter assumido uma “postura ditatorial” nas negociações com o Ministério da Educação na sequência dos cortes nos contratos de associação com os colégios privados para o próximo ano. Em comunicado, a comissão política concelhia do PSD declara que, “mais uma vez, sem ouvir ninguém”, o autarca socialista Miguel Alves e o ministro da Educação “tornam públicos factos consumados sem ouvirem e auscultarem as populações”: “O PSD de Caminha repudia a forma como o presidente da Câmara está a lidar com a questão das escolas do Vale do Âncora, mostrando um total desrespeito pela sua população e revelando que a Educação é uma área que nem ele nem o ministro Tiago Brandão Rodrigues dominam”.

A posição do PSD/Caminha surge na sequência do anúncio, em conferência de imprensa, pelo presidente da Câmara de criação, em Vila Praia de Âncora, do ensino secundário público após obras de adaptação na atual escola básica da freguesia orçadas em 185 mil euros. “Mais uma

vez não ouviu ninguém e cozinhou, junto do ministro seu amigo, uma tentativa de sair airoso do problema que a geringonça do governo está a causar a Vila Praia de Âncora”, frisou o PSD em comunicado.

“Lamenta-se a ignorância política do doutor Miguel Alves na área da Educação. Só alguém que nunca educou nenhum filho é que pode considerar normal e um facto histórico colocar, no mesmo espaço, crianças de seis anos de idade (1º ciclo) junto de adolescentes de 17 e 18 anos (ensino secundário). Esta é uma atitude ditatorial que em nada abona a favor da Educação”, defendeu o PSD.

“Uma coisa é apoiar-se o ensino público, outra coisa é querer transformar as nossas escolas em Campos de Concentração de jovens, colocando-os em massa no mesmo local sem condições para os albergar e misturando crianças pequenas com pré-adultos”, acrescentou.

Relativamente ao estabelecimento de ensino privado que até agora assegurou em exclusivo esse nível de ensino, o autarca revelou no encontro com os jornalistas estarem em curso “trabalhos de articulação entre o Câmara e o Ministério da Educação, visando a instalação de um Centro Qualifica no Vale do Âncora, que poderá ficar instalado na cooperativa de ensino Ancorensis”.

No entanto, especificou, “no próximo ano letivo, o Estado continuará a assegurar os contratos para o 8.º, 9.º, 11.º e 12.º anos, transferindo para a Ancorensis cerca de 900 mil euros”.

Para o PSD, trata-se de “mera perseguição política à escola Ancorensis” lamentando que “a questão económica e social daquela cooperativa não seja acautelada, uma vez que as contrapropostas feitas não asseguram os 67 postos de trabalho atuais podendo, inclusivamente, e face a estes novos factos, levar ao encerramento ainda mais precoce desta instituição histórica”.

Comissão de inquérito vai “fortalecer” o banco público

PSD e CDS-PP mostraram-se satisfeitos com o avançar dos trabalhos da comissão parlamentar de inquérito à Caixa Geral de Depósitos (CGD), sublinhando que esta não enfraquece o banco público, antes “fortalece” o mesmo. “A comissão parlamentar de inquérito não enfraquece a CGD, fortalece a confiança que os portugueses e as empresas têm no banco público, que tem como principal tarefa assegurar a confiança dos portugueses no sistema financeiro” e garantir acesso das empresas a financiamento, sublinhou o líder parlamentar do PSD.

A comissão - potestativa e viabilizada por deputados do PSD e CDS-PP - vai ter um “objeto muito abrangente”, sublinhou Luís Montenegro, dando como exemplo a procura de detalhes sobre as “origens das necessidades de financiamento” da entidade.

A comissão de inquérito poderá também servir para o Governo dar a “informação transparente aos portugueses” em torno do montante necessário para recapitalizar a Caixa, venceu o líder da bancada social-democrata.

A CGD tem estado nas últimas semanas no centro do debate político e económico. A constituição de uma comissão de inquérito sobre a CGD, proposta pelo PSD e CDS-PP foi aceite na sexta-feira pelo presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, depois de ter enviado para o Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República (PGR), por dúvidas de legalidade, a versão inicial do requerimento.

Quanto à recapitalização do banco público, considerada fundamental, a imprensa tem referido valores da ordem dos 4 mil milhões de euros. No entanto, o valor da injeção de capital ainda não é conhecido formalmente e estão a decorrer negociações entre o Governo e a Comissão Europeia. Em 2015, o banco teve 171,5 milhões de euros de prejuízos.



O PSD indicou o deputado José Matos Correia para presidir à comissão parlamentar de inquérito sobre a gestão e recapitalização da Caixa Geral. José Matos Correia, advogado e professor universitário, é vice-presidente da Assembleia da República e ex-vice-presidente da Comissão Política Nacional do PSD. O PSD anunciou também ter indicado para membros

efetivos desta comissão Hugo Soares, que será o coordenador dos sociais-democratas, Carlos Costa Neves, Adão Silva, Margarida Mano, Emídio Guerreiro e Margarida Balseiro Lopes. Para suplentes, os sociais-democratas indicaram Inês Domingos, António Leitão Amaro e Duarte Marques.

Governo é subserviente da “agenda sindical” e da “teimosia ideológica”



Os deputados do PSD criticaram a decisão do ministério em reduzir os contratos com os colégios situados em zonas onde existem escolas públicas com capacidade para receber os alunos. “Todo o país tem consciência da teimosia ideológica, da subserviência à agenda sindical e da forma como defraudou as expectativas legítimas das famílias, de pais, de alunos, e funcionários”, criticou Nilza de Sena (PSD), sublinhando que a redução de turmas se traduzirá no encerramento de colégios.

Na interpelação ao Governo sobre o “Balanço do Ano Escolar”, na sexta-feira, a deputada social-democrata perguntou ao ministro se já tinha garantido, junto das autarquias, o transporte escolar dos que vão mudar de escola e se as escolas públicas terão capacidade para os receber, caso os colégios fechem portas. “Se em algumas zonas em vez de 30 alunos forem 500, 600 ou 700 alunos, e na escola do conselho não houver capacidade, para onde irão estes alunos? E quando é que comunicam o resultado das candidaturas, para as famílias e as escolas se poderem organizar?”, questionou Nilza de Sena.

A deputada perguntou ainda: “Os alunos terão, em setembro, escola no seu conselho? Terão transporte escolar assegurado e não terão de andar quilómetros na sua região por capricho ideológico, radical, sectário e preconceituoso?”.

Duarte Freitas pede “oportunidade” aos lavradores

O presidente do PSD/Açores pede aos lavradores açorianos que lhe deem uma “oportunidade” para governar e impedir que a região continue a perder milhões de euros de fundos comunitários para a promoção dos produtos lácteos. “Não vim aqui dizer que há uma solução de varinha mágica. Vim aqui dizer que tenho vontade de ajudar os lavradores e que preciso de uma oportunidade para fazer diferente. Para que não se percam milhões e milhões de euros na promoção dos nossos produtos”, afirmou Duarte Freitas, durante um encontro com agricultores na freguesia dos Arrifes.

O líder dos social-democratas açorianos explicou que existe, desde 2002, um programa da União Europeia para a promoção e informação dos produtos lácteos que “nunca recebeu uma candidatura dos Açores”. “Entre 2007 a 2014, por exemplo, havia quatro milhões de euros por ano nesse programa. E de 2014 a 2020 há 30 milhões de euros por ano em Bruxelas e os Açores não apresentam uma candidatura para a promoção dos produtos lácteos”, salientou.

Para Duarte Freitas, a falta de candidaturas por parte do governo regional a este programa europeu é “quase criminoso”, numa altura em que a crise na fileira do leite tem causado “enormes dificuldades no escoamento dos nossos produtos”. “Quem tem a responsabilidade por nada fazer nesta matéria não pode pedir mais oportunidades. Quem pode pedir oportunidades é quem tem a credibilidade para dizer que apontou o caminho, disse o que estava mal, apresenta soluções e tem a energia para implementar uma política agrícola regional”, disse.

O líder social-democrata acrescentou que os Açores, por serem uma região ultraperiférica, teriam “apoios majorados” no âmbito do programa de promoção dos produtos lácteos.

De acordo com Duarte Freitas, “quem não resolveu em 20 anos os problemas da lavoura, não os vai resolver nos próximos quatro”: “Eu não peço uma oportunidade para mim ou para o PSD/Açores. Peço uma oportunidade para que possamos, de mãos dadas, construir uma verdadeira política agrícola regional, promovendo os nossos produtos e garantindo o rendimento e a dignidade dos lavradores”.



O presidente do PSD/Açores considerou que a concretização de uma verdadeira política agrícola regional passa também por saber negociar nos “corredores de Bruxelas” e influenciar as decisões da União Europeia: “Eu quando quero falar com o Comissário Europeu da Agricultura vou a Bruxelas e sento-me com ele no seu gabinete. Eu conheço os corredores de Bruxelas. Eu não faço como o presidente do governo regional, que para falar com o Comissário Europeu tem que ir à feira de Santarém cumprimentá-lo quando ele está a passar”.

Duarte Freitas voltou ainda a defender a suspensão do pagamento especial por conta aos lavradores devido à crise que afeta o setor: “Deixo novamente o repto ao governo da República e ao governo regional para que façam o que for necessário de maneira a suspender o pagamento especial por conta dos lavradores agora em julho”.

Madeira vai continuar a apoiar os produtores locais

O presidente do governo regional assegura que o executivo madeirense vai continuar a apoiar os produtores locais, sublinhando que se registam sinais “de retoma em muitas áreas” da economia madeirense, incluindo na agricultura. “Quero partilhar o meu otimismo relativo ao futuro da nossa terra. Ainda temos muitas dificuldades pela frente, mas a verdade é que a Madeira está a recuperar economicamente e, do ponto de vista financeiro, estamos a fazer a consolidação das finanças públicas e há sintomas de retoma em muitas áreas, desde o imobiliário ao turismo e agricultura”, declarou Miguel Albuquerque, na 61.ª Feira do Gado do Porto Moniz, no norte da ilha, 3 de julho.

Miguel Albuquerque destaca a melhor qualidade dos produtos regionais em comparação com outros importados “que não sabem a nada”, assegurando que o Governo Regional vai “prosseguir o apoio feito à produção, aos agricultores e produtores” do arquipélago.

Enunciando o conjunto de medidas que têm sido implementadas, Albuquerque mencionou que o programa comunitário Proderam “está a ser cumprido” e que “as candidaturas estão a decorrer a bom ritmo” para o aproveitamento de mais de 170 milhões de euros de apoios para este setor.

O governante insular apontou, também, que foi aprovado um novo regime da atividade pecuária, que vem facilitar as questões de carácter burocrático na atividade, acrescentado que a Madeira já tem um estatuto de artesanato, uma nova lei de banco de terrenos e que as obras da nova escola agrícola da região, no concelho de São Vicente, vão começar após o verão.

O chefe do governo regional realçou, ainda, que o executivo vai prosseguir com os planos para as várias produções regionais, visando “saber para quem produzir e o horizonte de produção”, tendo sido aprovados os documentos relativos à anona, banana, maracujá e agricultura biológica.



Quanto à cana-de-açúcar, Miguel Albuquerque disse que este “foi um bom ano”, tendo sido atingida uma produção de 10.500 toneladas, que foi “toda absorvida e o Governo Regional fez o pagamento de toda a comparticipação a todos os produtores”.

O responsável anunciou que a Madeira também teve “um ano excepcional” na banana, com uma produção prospetivada de 20 mil toneladas, 85% da qual destinada à exportação, sublinhando a importância do novo centro de processamento que vai ser inaugurado no verão, na Ponta do Sol.

Miguel Albuquerque destacou que o Governo também vai apostar no aumento da produção do maracujá, pretendendo atingir as 340 toneladas deste fruto. Outro projeto foi a instalação de uma estação zootécnica, cujo concurso está em fase de preparação, que vai criar as condições para a reprodução animal.

A feira Agropecuária do Porto Moniz contou este ano com a participação de 120 expositores, ocupando 19 mil metros quadrados naquela localidade do norte da ilha.



povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1020 • 10 DE MAIO 1995 • PREÇO 100\$00



A festa do XXI Aniversário



Edição n.º 1020 do "Povo Livre", de 10 de maio de 1995. Manchete: "A festa do XXI Aniversário". Carlos Encarnação era o diretor do "Povo Livre".



2016: o ano da reversão da credibilidade

Pedro Passos Coelho (*)

Esta semana teremos no Parlamento o primeiro debate do Estado da Nação com a nova maioria. Por comparação com a situação de há um ano, é notório que mudou muito, e infelizmente para pior, quer o balanço sobre os progressos realizados pelo país quer a perspetiva com que olhamos para o futuro.

No verão de 2015 assinalávamos um ano sobre a saída do processo de ajuda externa. Portugal encontrava-se, pelo segundo ano consecutivo, num ritmo moderado mas consistente de recuperação económica e do emprego, em convergência com os seus pares europeus. O investimento apresentava um dinamismo grande e as exportações superavam a cada trimestre resultados cada vez melhores entre os melhores de sempre. A nossa balança externa reforçava os resultados positivos dos últimos anos, contribuindo para contrariar a tendência de endividamento crónico da economia portuguesa de dezenas de anos. No respeitante às contas públicas, apesar de 2015 ter sido um ano eleitoral e contrariando a tendência de os governos serem aí menos rigorosos, as despesas públicas reduziam face ao ano anterior e deixavam antever um resultado para o défice que nos permitiria ficar abaixo de 3%. As reformas estruturais realizadas e em curso imprimiam um carácter reformista e inconformista à sociedade portuguesa, impulsionando uma visão de abertura e de mudança que nos posicionava favoravelmente no seio da União Europeia e do mundo global. Portugal era encarado como um país determinado em sair da crise e em cumprir os seus compromissos, conseguindo ver restauradas a credibilidade e a confiança necessárias a uma recuperação mais intensa para os próximos anos.

No verão de 2016, o contraste é impressionante. A recuperação económica não só perdeu vigor, como a perspetiva de crescimento para este ano recuou de forma medíocre para perto de 1%. Apesar da tendência de decréscimo gradual do desemprego, o emprego parou de crescer, alternando entre a estagnação e a destruição de emprego. O investimento caiu a pique e as exportações interromperam os bons resultados do passado, deixando antever uma deterioração da balança externa. Depois de um parto muito atribulado em Bruxelas para a aprovação do orçamento para este ano e para a definição das metas no programa de estabilidade, a execução orçamental mostra aquilo que se adivinhava: a carga fiscal sobre os combustíveis vai para já suportando um ritmo mais forte de recuperação salarial na função pública; crescem novamente os atrasos de pagamentos a fornecedores, sobretudo na área da saúde; e o adiamento de despesa, corrente e de investimento, tornarão o segundo semestre uma bomba ao retardador. Também continua sem esclarecimento quais as medidas que suportarão a consolidação das contas públicas até 2020, mas que representam mais de dois mil milhões de euros entre despesas e receitas do Estado. Por outro lado, o governo pôs em prática uma política de reversões estruturais na economia e nas áreas sociais, dando corpo a uma agenda política radical cheia de afinidades à maioria que suporta o governo. O primeiro-ministro assina pactos estratégicos com o seu homólogo grego, que o considera um político muito próximo dos comunistas gregos. As taxas de juro portuguesas, apesar da política do BCE, deixaram de estar próximas das espanholas e italianas e voltaram à tendência preocupante para delas divergir. Dito noutros termos, se não fosse a política do BCE, que tem data marcada para acabar com a compra de ativos, Portugal já não teria condições para se financiar nos mercados externos.

Não espanta, por isso, que a credibilidade e a confiança tenham desaparecido da conversa externa sobre Portugal e que as recriminações em torno de eventuais sanções ocupem hoje o essencial das referências no relacionamento entre o governo e as instituições europeias.

Sejamos claros. O que está a acontecer, por comparação com o que tínhamos há um ano, tem uma explicação bastante simples: a estratégia e as opções de política do novo governo e da sua nova maioria. A desconfiança que se, instalou, dentro e fora do país, envolvendo cidadãos, investidores, instituições e parceiros resulta da nova abordagem e da nova orientação política seguidas pelos socialistas e seus aliados.

Movido pelo lema de virar a página da austeridade, o novo governo o que virou foi a página da credibilidade e atirou a confiança pela janela fora. No entanto, e sem qualquer pudor, o governo quer fazer crer que os problemas que agora tolhem a sua atuação são resultado da herança do passado. Numa tentativa desesperada para rescrever a história, quer justificar sanções e instabilidade financeira com os resultados que lhe foram legados pelo governo anterior. Porém, tentando essa via, o governo apenas se afunda ainda mais na divergência entre os sonhos que vendeu e os resultados que oferece.

Em primeiro lugar as sanções. O governo não conseguiu convencer a Comissão Europeia nem o Eurogrupo da bondade e da viabilidade das suas intenções. Por isso desde cedo apareceu a conversa sobre as medidas adicionais, que o presidente do Eurogrupo e o comissário europeu responsável pelo semestre europeu insistem que serão necessárias para cumprir as metas deste ano e dos próximos. Sendo ambos socialistas, não pode o governo vir dizer que é a visão ultraliberal da Comissão que obriga a uma maior e desnecessária exigência orçamental. A insistência do Eurogrupo e da Comissão não é mesmo uma conspiração ultraliberal. Depois de terem aceitado fechar as contas de 2015 em termos estruturais em piores circunstâncias do que a realidade consentia - e, para isso, basta ter em conta a avaliação que sobre isto foi feita quer pelo Conselho de Finanças Públicas quer pela UTAO em Portugal, bem como as contas do défice português em 2015 sem setor financeiro que o Eurostat colocava em 2,8%-, o governo português pode ter pensado que a tal pior base de partida para 2016 não traria complicações e que politicamente o assunto acabaria por se resolver. No entanto, depois de fechar tais contas, e dispensado que se sentiu de ter de defender as contas do anterior, o governo percebeu também que, mesmo no seio do grupo socialista, a desconfiança sobre o resultado das contas deste ano é demasiado grande para não ficar um alerta claro de responsabilização para o governo. Triste situação esta em que Portugal pode ficar associado a uma primeira decisão de aplicação de sanções a qualquer país depois de ter sido, durante quatro anos, um caso entre os melhores em matéria de redução de défice, incluindo em matéria estrutural.

Em segundo lugar, a questão financeira. O governo insiste na mentira de que a saída de programa da troika não foi limpa porque o setor bancário está mal poro governo anterior não ter feito o que devia, leia-se não ter injetado o capital adequado nos bancos portugueses. No entanto, se a banca não vive uma situação fácil, o governo só tem piorado as perspetivas. Em 2011, a situação nos bancos era dramática e Portugal dispunha apenas de 12 mil milhões de euros negociados pelos socialistas para recapitalizar bancos. Sem margem no rácio de dívida pública nem capital para fazer o que outros governos com menos dívida fizeram depois de 2008, como a Irlanda ou a Espanha, Portugal recapitalizou os bancos que não dispunham de capital entre os seus acionistas e esses bancos foram com mérito próprio limpando os seus balanços à medida que a recuperação económica o permitiu. Mas agora a abordagem mudou. Depois de ter tratado da pior maneira a situação do Banif, que acabou por custar demasiado aos bolsos dos contribuintes, o governo alimenta ou deixa alimentar as maiores especulações sobre a Caixa Geral de Depósitos e o Novo Banco. Como, entretanto, a desconfiança regressou ao mercado, torna-se cada vez mais difícil gerir a situação financeira, com os bancos tendencialmente a perderem dinheiro com a dívida pública portuguesa e o Estado sem credibilidade para atrair investidores externos. Não sei como a situação evoluirá, mas o governo tem-se empenhado em piorar o prognóstico.

Desde o princípio foi assim. O governo e a sua base política de apoio têm exacerbado os riscos. E quando externamente algumas contingências previsíveis se materializam, como o resultado do referendo britânico mostra, o governo atua como se tudo isto fosse inesperado e o limitasse injustamente. Mas a verdade é outra. Infelizmente as coisas estão a correr mal, mas este resultado não tem nada de inesperado. É apenas a consequência natural da falta de prudência e da visão fanfarrona daqueles que nos governam hoje. Tudo isto foi claramente previsto e alertado desde o início. Não venham com desculpas de mau pagador nem com viradas contra Bruxelas e a Europa ou contra o anterior governo, que só piora a situação. A estratégia do inimigo externo é passadista e relembra tempos de manipulação social que só podemos repudiar.

(*) Presidente do PSD



Levar o poder local a sério

José Matos Rosa (*)

Desde 1976, o PSD conta com 145280 eleitos para as assembleias de freguesia. Recupero este número, porque assinalámos recentemente o centenário da lei que instituiu as freguesias, no nosso país.

Enquanto celebramos a data, olhamos para a importância que as freguesias desempenham. São elas que estabelecem com as populações o primeiro contacto: no exercício da cidadania, na resposta às necessidades das pessoas, na construção de uma vida comunitária saudável. Enquanto o país atravessava coletivamente um momento de crise, os órgãos do poder local executavam, no terreno, as alterações que nos permitiram superar as dificuldades, ganhar eficiência na máquina do Estado e manter (quando não foi acrescida) a proximidade com as pessoas.

Por tudo isto, muito nos orgulha que os portugueses confiem no PSD como o partido que melhor representa os seus interesses, no poder local. Permitam-me que volte a focar-me em apenas 42 destes 100 anos das freguesias: foram mais de 145 mil os social-democratas eleitos para as assembleias de freguesia. E o segundo partido mais votado ficou 24 mil eleitos atrás.

No 40.º aniversário das primeiras eleições autárquicas, que celebraremos em dezembro deste ano, nós, social-democratas, relemos a história como uma inspiração para o desafio eleitoral que em breve enfrentaremos. E é com confiança que acreditamos que, em 2017, venceremos a maioria das juntas de freguesia e a presidência da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), assim como da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Mas mais do que ganhar muitos mandatos, o que queremos é melhorar a vida das pessoas. Ter o voto de confiança dos portugueses permitirá levar em frente o nosso projeto reformista de desenvolvimento de Portugal. No poder local, esta é uma missão que passa por descentralizar. Não é tempo de criar novas autarquias na forma de Áreas Metropolitanas; é tempo de fortalecer as competências das que já existem. Não é tempo de reverter cegamente o atual desenho das freguesias; é tempo de abandonar radicalismos e aprofundar os poderes da gestão local! Esperamos que o Governo não ceda a mais uma exigência dos seus parceiros de Governo. PCP e Bloco de Esquerda querem ganhar dimensão autárquica. Então, por via da pressão ao Governo (com quem jogam a sobrevivência desta solução governativa), prometem aos portugueses reverter uma reforma que consolidou a capacidade de resposta de muitas freguesias em todo o país.

A manipulação da opinião pública por via de promessas que são negativas para o país é uma prática deste Governo e desta maioria. Rejeitamos inteiramente esta forma de estar na política. Não sacrificamos os nossos ideais nem a nossa visão do que é melhor para Portugal em virtude do calendário eleitoral ou dos interesses partidários.

Porque levamos o poder local a sério. Levamos Portugal e os portugueses a sério.

(*) Secretário-Geral do PSD

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



AGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Águeda, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 15 de Julho de 2016, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rua Joaquim Francisco de Oliveira, 13 r/c Esq. – Quinta das Oliveiras, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política local

NAZARÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Nazaré para reunir no próximo dia 15 de Julho de 2016, (sexta-feira) pelas 21h30, no Hotel Praia - Nazaré, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Autárquicas 2017
- 3 - Outros assuntos



CONSELHO DISTRITAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital da JSD Setúbal a reunir no próximo dia 16 de Julho de 2016, pelas 15:00H na sede Concelhia do PSD Barreiro, sita na rua de Trás-os-Montes n.4 B 2835-464 Santo António da Charneca, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Eleições Autárquicas;
- 3 – Outros Assuntos.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR 29/6 ACTIVAÇÃO DO NÚCLEO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ORIZ (VILA VERDE)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD da União de Freguesias de Oriz, Santa Marinha e Oriz São Miguel, para o dia 29 de Julho de 2016, pelas 19h30m, na Sede da Junta de Freguesia de Oriz São Miguel, sita no Largo Avelino Meireles, s/n.º, em Vila Verde, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 19h30m e as 21h30m.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede do PSD de Vila Verde, sita na Rua 1.º de Maio, s/n.º, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

OLIVEIRA DO HOSPITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Oliveira do Hospital, para reunir, no próximo dia 16 de Julho de 2016, (Sábado), pelas 21h00, na sede, sita na Rua António Canastinha, nº 1 – B, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise de situação político-partidária
- 3 - Outros assuntos

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes, para reunir, no próximo dia 11 de Julho de 2016, (Segunda-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua 1º de Dezembro, nº 43, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações gerais
- 2 - Análise de situação político-partidária

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Pombal, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 08 de Julho de 2016, (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Dr. Luís Torres, 4 - 2º, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior
- 2 - Informações da Comissão Política de Secção
- 3 - Balanço da constituição dos Núcleos residenciais do PSD/Pombal
- 4 - Designação da Comissão de Coordenação Autárquica
- 5 - Análise da situação política
- 6 - Outros assuntos

SALVATERRA DE MAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Salvaterra de Magos, para reunir no próximo dia 02 de Setembro de 2016, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rua Miguel Bombarda, nº 8 – 1º Esq., com a seguinte Ordem de trabalhos

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem o estatutariamente o possa substituir, na sede distrital, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 21h30.às 23h30

SANTA COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Comba Dão, para reunir, em sessão ordinária, no dia 09 de Julho de 2016 (sábado), pelas 10h00, na Sede, sito Rua Gago Coutinho n.º 12 R/C, com a seguinte Ordem de trabalhos

- 1 - Informações sobre a actividade da Comissão Política de Secção
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Autárquicas 2017
- 4 - Análise de outros assuntos de interesse para a estrutura local do PSD

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Viana do Castelo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 29 de Julho de 2016, (sexta-feira), pelas 21h00, no Auditório do Hotel AXIS, sito na Av. Capitão Gaspar de Castro, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 – Análise de situação política nacional e local
- 2 – Processo autárquico – com discussão e votação de moções que possam eventualmente ser apresentadas

RATEIO DELEGADOS

CONCELHIA	MILITANTES	INERÊNCIA	DE HONDT	TOTAL CONSELHEIROS	CPC	TOTAL DELEGADOS
Amares	85	1	2	3	1	4
Barcelos	395	1	12	13	1	14
Braga	583	1	18	19	1	20
Cabeceiras de Basto	94	1	3	4	1	5
Celorico de Basto	92	1	2	3	1	4
Esposende	97	1	3	4	1	5
Fafe	60	1	1	2	1	3
Guimarães	564	1	17	18	1	19
Póvoa de Lanhoso	344	1	10	11	1	12
Terras de Bouro	9		0	0		0
Vieira do Minho	41	1	1	2	1	3
Vila Nova de Famalicão	468	1	14	15	1	16
Vila Verde	439	1	14	15	1	16
Vizela	16	1	0	1	1	2
TOTAL		13	97	110	13	123